



Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de setembro de 2011

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva	65
---	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.304
Preferenciais	78.873
Total	188.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2011	Ordinária		0,14600
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,14600
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,16060
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2011	Dividendo	18/05/2011	Ordinária		2,41667
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2011	Dividendo	18/05/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	2,41667
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2011	Dividendo	18/05/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	2,65834
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/07/2011	Ordinária		0,14601
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/07/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,14601
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/07/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,16061
Reunião do Conselho de Administração	29/08/2011	Dividendo	14/09/2011	Ordinária		1,41695
Reunião do Conselho de Administração	29/08/2011	Dividendo	14/09/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	1,41695
Reunião do Conselho de Administração	29/08/2011	Dividendo	14/09/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	1,55864
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/10/2011	Ordinária		0,14601
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/10/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,14601
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/10/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,16061

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	6.034.662	5.372.695
1.01	Ativo Circulante	1.464.377	1.306.877
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	168.219	101.277
1.01.02	Aplicações Financeiras	26.581	68.991
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	26.581	68.991
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	26.581	68.991
1.01.03	Contas a Receber	936.231	881.317
1.01.03.01	Clientes	936.231	881.317
1.01.04	Estoques	11.558	8.014
1.01.06	Tributos a Recuperar	192.268	133.819
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	192.268	133.819
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições a recuperar	192.268	133.819
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.937	2.281
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	122.583	111.178
1.01.08.03	Outros	122.583	111.178
1.01.08.03.01	Serviços em curso	45.978	32.666
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	76.605	78.512
1.02	Ativo Não Circulante	4.570.285	4.065.818
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.430.723	1.310.297
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	46.414	0
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	46.414	0
1.02.01.03	Contas a Receber	287.134	310.691
1.02.01.03.01	Clientes	287.134	310.691
1.02.01.06	Tributos Diferidos	70.617	49.517
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	70.617	49.517
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.026.558	950.089
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a recuperar	59.564	56.972
1.02.01.09.04	Coligadas e controladora	381	138
1.02.01.09.05	Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	213.307	227.469
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	180.472	170.352
1.02.01.09.07	Superávit atuarial	34.705	39.340
1.02.01.09.08	Ativo indenizável (concessão)	526.459	443.965
1.02.01.09.09	Outros Ativos não Circulantes	11.670	11.853
1.02.02	Investimentos	11.191	10.859
1.02.04	Intangível	3.128.371	2.744.662
1.02.04.01	Intangíveis	3.128.371	2.744.662

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	6.034.662	5.372.695
2.01	Passivo Circulante	1.400.579	1.134.740
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	46.687	30.656
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	46.687	30.656
2.01.01.02.01	Salários e Encargos a pagar	46.687	30.656
2.01.02	Fornecedores	361.588	335.755
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	361.588	335.755
2.01.03	Obrigações Fiscais	215.321	115.803
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	146.389	49.360
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	100.459	7.078
2.01.03.01.02	PIS e COFINS a Pagar	39.578	36.517
2.01.03.01.03	INSS e FGTS a Pagar	6.352	5.765
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	60.524	60.164
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.408	6.279
2.01.03.03.01	ISS a Pagar	3.727	2.724
2.01.03.03.02	Outros	4.681	3.555
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	319.101	420.419
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	205.441	205.032
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	168.333	156.153
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	37.108	48.879
2.01.04.02	Debêntures	113.660	215.387
2.01.05	Outras Obrigações	440.489	216.228
2.01.05.02	Outros	440.489	216.228
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	273.887	29.177
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	65.511	65.049
2.01.05.02.05	Outros Passivos	101.091	122.002
2.01.06	Provisões	17.393	15.879
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.393	15.879
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	598	536
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.478	9.296
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	6.317	6.047
2.02	Passivo Não Circulante	2.459.449	1.861.242
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.219.602	1.661.659
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.909.026	1.298.582
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.650.939	1.050.098
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	258.087	248.484
2.02.01.02	Debêntures	310.576	363.077
2.02.02	Outras Obrigações	53.223	39.642
2.02.02.02	Outros	53.223	39.642
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.402	1.694
2.02.02.02.03	Fornecedores	6.590	6.349
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	21.579	18.700
2.02.02.02.05	Impostos e Contribuições a recolher	3.442	3.775
2.02.02.02.06	Obrigações de benefícios definidos pós-emprego	1.882	1.882
2.02.02.02.07	Outros Passivos Não Circulantes	17.328	7.242
2.02.03	Tributos Diferidos	82.862	66.720

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	82.862	66.720
2.02.04	Provisões	103.762	93.221
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	103.762	93.221
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	8.588	6.280
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	59.375	52.676
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	35.799	34.265
2.03	Patrimônio Líquido	2.174.634	2.376.713
2.03.01	Capital Social Realizado	542.163	542.163
2.03.02	Reservas de Capital	698.050	698.050
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	339.052	339.052
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com capital Próprio	18.569	18.569
2.03.02.08	Reserva de Incentivos Fiscais	340.429	340.429
2.03.04	Reservas de Lucros	899.911	1.116.638
2.03.04.01	Reserva Legal	108.433	108.433
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	65.069	65.069
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	473.628	473.628
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	252.333	469.099
2.03.04.10	Outras Reservas de Lucro	448	409
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	34.510	19.862
2.03.08.01	Ganho sobre Ativo disponível para venda	34.510	19.862

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.256.336	3.581.584	1.136.477	3.174.564
3.01.01	Receita Bruta	1.781.838	5.103.376	1.587.713	4.543.223
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-525.502	-1.521.792	-451.236	-1.368.659
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-849.590	-2.390.440	-788.475	-2.122.391
3.03	Resultado Bruto	406.746	1.191.144	348.002	1.052.173
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-126.645	-350.691	-79.569	-260.930
3.04.01	Despesas com Vendas	-70.850	-201.573	-51.592	-151.001
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-55.795	-149.118	-27.977	-109.929
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	280.101	840.453	268.433	791.243
3.06	Resultado Financeiro	-45.181	-130.566	44.756	7.843
3.06.01	Receitas Financeiras	93.451	200.408	133.043	280.788
3.06.02	Despesas Financeiras	-138.632	-330.974	-88.287	-272.945
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	234.920	709.887	313.189	799.086
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.807	-97.486	-46.121	-117.818
3.08.01	Corrente	-32.395	-96.600	-43.118	-99.360
3.08.02	Diferido	1.588	-886	-3.003	-18.458
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	204.113	612.401	267.068	681.268
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	204.113	612.401	267.068	681.268
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,05153	3,15493	1,37586	3,50972
3.99.01.02	PNA	1,05153	3,15493	1,37586	3,50972
3.99.01.03	PNB	1,15669	3,47042	1,51345	3,86069

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	879.678	657.505
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.164.796	1.108.900
6.01.01.01	Lucro antes do IR e CSLL	709.886	799.086
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	172.305	151.029
6.01.01.04	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	185.713	110.354
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	3.805	6.015
6.01.01.08	Provisão (reversão) p/ contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	31.153	19.008
6.01.01.10	Provisões para créditos de liquidação duvidosa	61.934	23.408
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-285.118	-451.395
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-93.293	-134.183
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	-53.822	-173.081
6.01.02.05	Estoques	-3.544	-1.884
6.01.02.07	Depósitos judiciais	2.210	-37.687
6.01.02.08	Outros ativos	11.855	-49.888
6.01.02.09	Fornecedores	26.074	2.480
6.01.02.10	Salários e encargos a pagar	16.031	4.652
6.01.02.11	Encargos de dívidas e swaps pagos	-146.557	-102.038
6.01.02.12	Taxas regulamentares	-392	34.921
6.01.02.13	Impostos e contribuições Sociais a recolher	4.256	-18.492
6.01.02.15	Indenizações/Contingências pagas	-32.212	-8.530
6.01.02.16	Outros passivos	-10.825	31.391
6.01.02.17	Despesas pagas antecipadamente	-4.656	986
6.01.02.18	Coligadas e Controladas	-243	-42
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-751.458	-860.668
6.02.01	Aquisição de intangível	-752.813	-776.302
6.02.02	Títulos e Valores Imobiliários	1.355	-84.366
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-61.278	171.107
6.03.01	Captação de Empréstimos e financiamentos	690.031	526.321
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-120.656	-113.243
6.03.03	Amortização do principal de debêntures	-155.321	-30.812
6.03.04	Obrigações vinculadas	109.124	300.385
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-584.456	-511.544
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	66.942	-32.056
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	101.277	217.329
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	168.219	185.273

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.116.638	0	19.862	2.376.713
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.116.638	0	19.862	2.376.713
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-469.060	-360.068	0	-829.128
5.04.06	Dividendos	0	0	-469.099	-275.043	0	-744.142
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-85.025	0	-85.025
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	39	0	0	39
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	612.401	14.648	627.049
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	612.401	0	612.401
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	14.648	14.648
5.05.02.06	Ganhos e perdas em ativos financeiros de concessão	0	0	0	0	14.648	14.648
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	647.578	252.333	34.510	2.174.634

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	883.300	0	-3.046	2.120.467
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	883.300	0	-3.046	2.120.467
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-323.896	-361.781	0	-685.677
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-281.653	0	-281.653
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-80.128	0	-80.128
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	319	0	0	319
5.04.09	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-324.215	0	0	-324.215
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	681.268	15.971	697.239
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	681.268	0	681.268
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	15.971	15.971
5.05.02.06	Ganhos e perdas em ativos financeiros de concessão	0	0	0	0	15.971	15.971
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	559.404	319.487	12.925	2.132.029

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	5.041.614	4.521.315
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.103.376	4.543.223
7.01.02	Outras Receitas	174	1.500
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-61.936	-23.408
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.322.756	-2.066.480
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.490.326	-1.377.343
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-832.430	-689.137
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.718.858	2.454.835
7.04	Retenções	-172.306	-151.030
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-172.306	-151.030
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.546.552	2.303.805
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	200.408	280.788
7.06.02	Receitas Financeiras	200.408	280.788
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.746.960	2.584.593
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.746.960	2.584.593
7.08.01	Pessoal	151.879	123.095
7.08.01.01	Remuneração Direta	100.614	94.393
7.08.01.04	Outros	51.265	28.702
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	23.278	19.965
7.08.01.04.02	Entidade de previdência privada	3.085	5.669
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	7.649	7.397
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios	3.789	2.396
7.08.01.04.05	Provisão para férias e 13º salário	11.968	11.608
7.08.01.04.06	Plano de saúde	8.075	7.105
7.08.01.04.07	Indenizações trabalhistas	15.338	8.431
7.08.01.04.08	Participação nos resultados	30.181	22.328
7.08.01.04.09	Administradores	2.351	2.470
7.08.01.04.10	(-) Transferências para ordens	-54.449	-58.667
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.648.675	1.505.125
7.08.02.01	Federais	789.159	744.239
7.08.02.02	Estaduais	859.516	760.886
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	334.005	275.105
7.08.03.01	Juros	330.974	272.945
7.08.03.02	Aluguéis	3.031	2.160
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	612.401	681.268
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	85.025	80.128
7.08.04.02	Dividendos	275.043	281.653
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	252.333	319.487

Comentário do Desempenho

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando especificado).

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação no Estado da Bahia, que atende a uma população estimada de 14 milhões de habitantes em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia.

A área de concessão da Companhia abrange aproximadamente 563 mil Km² e fornece diretamente cerca de 61,0% da energia elétrica no Estado da Bahia, sendo o restante fornecido pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e autoprodutores.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES ATIVOS

Descrição	Evolução do número de clientes ativos					
			Variação Vertical		Variação Horizontal	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	
Residencial	4.439.701	4.255.016	88,03%	87,79%	184.685	4,34%
Industrial	20.763	21.467	0,41%	0,44%	-704	-3,28%
Comercial	312.035	306.082	6,19%	6,32%	5.953	1,94%
Rural	199.494	195.332	3,96%	4,03%	4.162	2,13%
Poder Público	46.450	44.521	0,92%	0,92%	1.929	4,33%
Iluminação Pública	16.053	15.964	0,32%	0,33%	89	0,56%
Serviço Público	8.789	8.102	0,17%	0,17%	687	8,48%
Subtotal	<u>5.043.285</u>	<u>4.846.484</u>	<u>99,99%</u>	<u>99,99%</u>	<u>196.801</u>	<u>4,06%</u>
Consumo Próprio	335	350	0,01%	0,01%	-15	-4,29%
Suprimento	1	1	0,00%	0,00%	0	0,00%
Total	<u><u>5.043.621</u></u>	<u><u>4.846.835</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>196.786</u></u>	<u><u>4,06%</u></u>

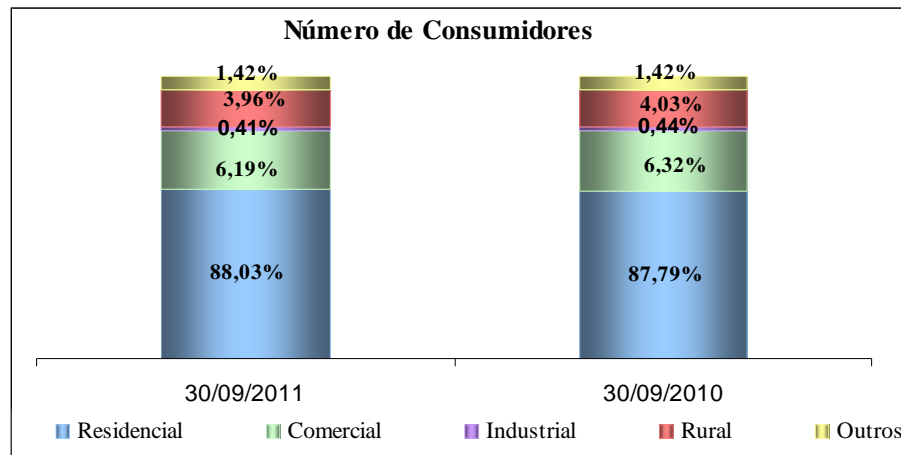
A Companhia encerrou o 3º trimestre de 2011 com um número total de 5.043.621 consumidores, o que representa um crescimento de 4,06% em relação ao mesmo período de 2010. Esse crescimento representa um incremento de 196.786 novas unidades consumidoras na base comercial da Companhia.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 184.685 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelba, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial pelos investimentos realizados através do Programa Luz para Todos (LPT).

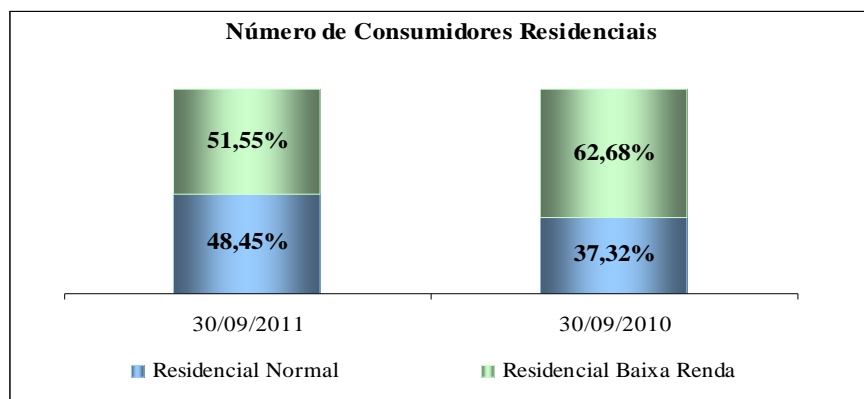
Comentário do Desempenho

O número de consumidores residenciais em setembro de 2011 representa 88,03% do total de clientes/contratos ativos, e destes 51,55% são consumidores enquadrados como residenciais baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010. Em setembro de 2010 esse número era de 61,96%, essa redução deve-se aos novos critérios adotados pela ANEEL para a concessão do benefício, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão a demais programas sociais do governo federal.

2.1.1.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO (%)



2.1.1.2. PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL (%)



Comentário do Desempenho

2.1.2 COMPORTAMENTO DO MERCADO CATIVO – VENDAS DE ENERGIA

	Evolução das Vendas por classe em MWh					
	3° Trim.		Variação Vertical %		Variação Horizontal	
	30/09/2011	30/09/2010	3° Trim/11	3° Trim/10	30/09/2011	
Residencial	1.313.066	1.240.633	34,57%	34,63%	72.433	5,84%
Industrial	925.513	891.449	24,37%	24,88%	34.064	3,82%
Comercial	675.102	626.386	17,77%	17,48%	48.716	7,78%
Rural	362.764	327.826	9,55%	9,15%	34.938	10,66%
Poder Público	143.855	135.756	3,79%	3,79%	8.099	5,97%
Iluminação Pública	184.969	177.448	4,87%	4,95%	7.521	4,24%
Serviço Público	190.013	180.126	5,00%	5,03%	9.887	5,49%
Subtotal	3.795.282	3.579.623	99,92%	99,91%	215.659	6,02%
Consumo Próprio	3.172	3.214	0,08%	0,09%	-42	-1,31%
Total	3.798.454	3.582.837	100,00%	100,00%	215.617	6,02%

O volume total de energia vendida no mercado cativo da Companhia no terceiro trimestre de 2011 foi de 3.798.454 MWh, representando um crescimento de 6,02% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe residencial apresentou um crescimento de 5,84%, atingindo um consumo de 1.313.066 MWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Coelba, com uma participação de 34,57% e tem se beneficiado de programas sociais como o Luz para Todos e políticas de “distribuição de renda” como bolsa família, para melhorar seu desempenho no período considerado.

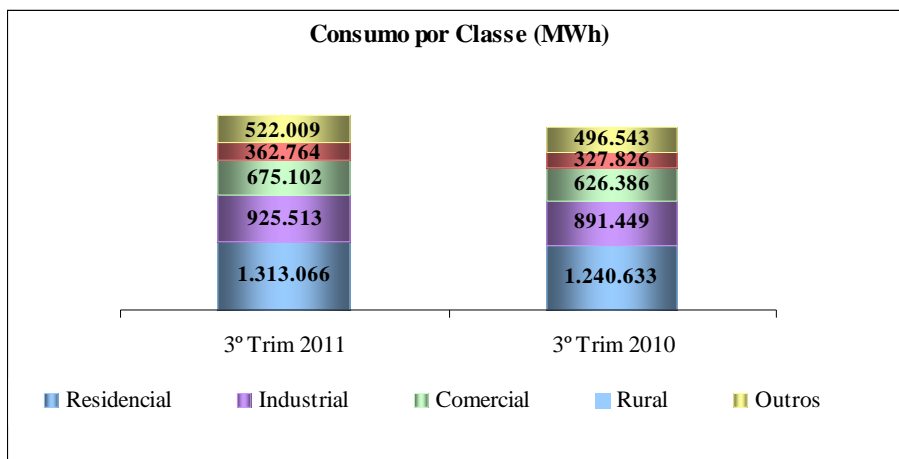
A classe comercial apresentou crescimento de 7,78% e esse desempenho deve-se à expansão do crédito para financiamentos, ao alongamento dos prazos de pagamento e à melhoria da renda dos consumidores, especialmente aqueles de menor poder aquisitivo.

A classe industrial registrou um crescimento de 3,82% e esse resultado reflete, em parte, a estabilidade do mercado industrial cativo após um período de redução no consumo em função da crise financeira internacional. A expectativa para o setor industrial é registrar um crescimento moderado em 2011, diante da política macroeconômica de controle inflacionário, que termina por impactar o crescimento do país, o que conseqüentemente refletirá no consumo de energia dos clientes da Coelba.

A classe rural, que apresenta seu desempenho bastante vinculado ao comportamento das variáveis climáticas, registrou alta de 10,66% em função da maior utilização de equipamentos para irrigação, como conseqüência da menor incidência de chuvas, própria do período seco que vai de maio a novembro, atingindo principalmente a região oeste, onde a participação da irrigação é maior do que na região norte.

Comentário do Desempenho

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE – EM MWh



Comentário do Desempenho

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

LEILÃO ENERGIA EXISTENTE		%		Contratos				Residencial		%			
2618.466	57,5	4.556.373				1.313.066	34,6						
2612.560	60,0	4.352.642				1.240.633	34,6						
LEILÃO ENERGIA NOVA		%		Mercado Livre		Mercado Próprio		%		Industrial		%	
725.445	15,9	187.306		3.798.454	83,41	925.513	24,4						
548.681	12,6	198.727		3.582.837	83,36	891.449	24,9						
ITAPEBI		%		Perdas Rede Básica		Mercado Livre		%		Comercial		%	
473.174	10,4	94.816		187.306	4,11	675.102	17,8						
473.174	10,9	77.395		198.727	4,62	626.396	17,5						
TERMOPE		%		Sobras		Perda Distribuição		%		Rural		%	
143.520	3,1	94.664		568.380	12,48	362.764	9,6						
143.520	3,3	175.919		516.491	12,02	327.826	9,1						
AFLUENTE		%		Injetada		Uso Distribuidoras		%		Outros		%	
37.536	0,8	4.554.199		59	0,00	522.009	13,7						
37.536	0,9	4.298.055		-	0,00	496.543	13,9						
TERMOAÇU		%											
364.320	8,0												
366.528	8,4												
PROINFA		%											
103.061	2,3												
101.099	2,3												
MCS D		%											
90.850	2,0												
69.543	1,6												

Legenda:

3º Trimestre de 2011

3º Trimestre de 2010

A energia injetada atingiu o patamar de 4.554.199 MWh no terceiro trimestre de 2011, um crescimento de 5,96% com relação a igual período de 2010. Do total da energia injetada, 83,41% foi destinada ao consumo cativo, 4,11% para o consumo do mercado livre e 12,48% representam perdas no processo de distribuição.

O mercado livre* apresentou uma queda de 5,75% no terceiro trimestre com relação ao mesmo trimestre de 2010, com um consumo de 187.306 MWh. Tal queda se deve ao retorno de clientes ao mercado cativo da empresa.

*Mercado Livre – Consumidores com demanda \geq 3000KW que podem comprar de qualquer fornecedor.

Comentário do Desempenho

No terceiro trimestre de 2011, as perdas de distribuição de energia elétrica (técnicas e comerciais) apresentaram um crescimento de 0,46 pontos percentuais, em relação ao mesmo período do ano anterior.

4. INVESTIMENTOS

	3º Trimestre 2011		Acumulado até 30/09/2011	
	Investimento	Subvenções	Investimento	Subvenções
	Total	Realizadas	Total	Realizadas
Distribuição	286.837	23.520	737.803	130.819
Comercialização	43	-	75	-
Administração	1.759	-	14.935	-
Total	288.639	23.520	752.813	130.819

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No terceiro trimestre de 2011 foram investidos R\$ 288.639, sendo R\$ 23.520, equivalente a 8,15% com recursos de subvenções.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (Programas de Universalização, principalmente o Luz para Todos).

Os investimentos em administração se referem ao desenvolvimento de softwares, aquisição de hardwares, renovação da frota veicular, e melhorias das instalações físicas, de forma a tornar mais eficientes os processos internos, e proporcionar um maior conforto ao atendimento dos clientes e melhores condições de trabalho aos empregados.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia.

- Expansão e renovação em subestações e linhas de sub-transmissão;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

4.1 PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos instituído pelo Governo Federal em 2003 e com prazo de execução das obras até o final de 2011 foi prorrogado até 2014 com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

Comentário do Desempenho

O Programa Luz para Todos tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e poços de água comunitários.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 2,8 bilhões e participação financeira da Companhia, do Governo Estadual e do Governo Federal.

De janeiro de 2004, quando o programa começou, até setembro de 2011, a distribuidora já realizou 466.139 ligações e encontra-se em execução 3.767.

	30/09/2011
Ligações executadas até 2009	353.209
Ligações executadas em 2010	75.637
Ligações executadas em 2011	37.293
Total	466.139
Em execução	3.767
Ligações totais	469.906

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO TRIMESTRE

	3º Trimestre		Variação	
	2011	2010	R\$ mil	%
Receita Bruta	1.781.838	1.587.713	194.125	12,23
Deduções da Receita Bruta	(525.502)	(451.236)	(74.266)	16,46
Receita Líquida	1.256.336	1.136.477	119.859	10,55
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(849.590)	(788.475)	(61.115)	7,75
Resultado Bruto	406.746	348.002	58.744	16,88
Outras Despesas Operacionais	(126.645)	(79.569)	(47.076)	59,16
Resultado do Serviço	280.101	268.433	11.668	4,35
Depreciação e Amortização	(58.352)	(56.503)	(1.849)	3,27
Resultado Alienação	1.261	2.915	(1.654)	-56,74
EBITDA	337.192	322.021	15.171	4,71
Resultado Financeiro	(45.181)	44.756	(89.937)	-200,95
Resultado Operacional	234.920	313.189	(78.269)	-24,99
IR e CSLL	(30.807)	(46.121)	15.314	-33,20
Lucro do Período	204.113	267.068	(62.955)	-23,57

Comentário do Desempenho

5.1.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou no terceiro trimestre de 2011 uma Receita Bruta de R\$ 1.781.838 (R\$ 1.587.713 no terceiro trimestre de 2010), representando um acréscimo de 12,23%, e uma Receita Líquida de R\$ 1.256.336 (R\$ 1.136.477 no terceiro trimestre de 2010), representando um acréscimo de 10,55%.

Os fatores determinantes da variação da Receita Líquida foram:

- Crescimento da receita com fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 214.836 (+ 17,44%), devido a:
 - ✓ Reajuste tarifário médio para os consumidores de 9,92% (nove vírgula noventa e dois por cento), conforme Resolução Homologatória nº. 1.142, de 19 de abril de 2011, aplicado a partir de 22 de abril de 2011.
 - ✓ Aumento do consumo de energia elétrica de 215.617 MWh (+6,02%), devido, principalmente: (i) crescimento normal de mercado (consumidores x consumo x tarifa), (ii) aumento no número de consumidores em decorrência dos Programas de Universalização, incluindo o Programa Luz para Todos.

Em atendimento ao Despacho ANEEL no. 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de distribuição e comercialização utilizando uma “tUSD média” calculada a partir da tUSD homologada para consumidores cativos. Para o 3º. Trimestre de 2010 o percentual de reclassificação da receita ficou em torno de 69% e para o mesmo período de 2011 em 65%.

- Crescimento da receita de construção em R\$ 36.116 (+18,16%) devido ao aumento de investimentos comparados ao período anterior.

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação –fornecimento de energia elétrica). A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta, cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gera nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia.

- Crescimento dos tributos de ICMS, PIS e COFINS (deduções da receita bruta) no montante de R\$ 44.448, R\$ 4.236 e R\$ 18.760 (17,67%, 19,86% e 18,81%), respectivamente, em decorrência principalmente do acréscimo da receita bruta de vendas e/ou serviços.

Comentário do Desempenho

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	3º Trimestre		Variação	
	2011	2010	R\$ mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	442.532	422.529	20.003	4,73
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	64.277	66.661	(2.384)	-3,58
Taxa de Fiscalização – TFSEE	2.280	2.116	164	7,75
	<u>509.089</u>	<u>491.306</u>	<u>17.783</u>	<u>3,62</u>
Custos e Despesas Gerenciáveis				
Pessoal e Administradores	57.559	24.222	33.337	137,63
Material	3.749	3.396	353	10,39
Serviços de terceiros	65.059	59.251	5.808	9,80
Depreciação e amortização	58.352	56.503	1.849	3,27
Provisões Líquidas - PCLD	7.235	(873)	8.108	-928,75
Provisões Líquidas - Contingências	(4.176)	2.666	(6.842)	-256,64
Custo de Construção	235.034	198.918	36.116	18,16
Outros	44.334	32.655	11.679	35,76
	<u>467.146</u>	<u>376.738</u>	<u>90.408</u>	<u>24,00</u>
Total	<u>976.235</u>	<u>868.044</u>	<u>108.191</u>	<u>12,46</u>

Os custos e despesas operacionais no terceiro trimestre de 2011 correspondem a R\$ 976.235 (R\$ 868.044 no mesmo período de 2010), representando um crescimento de R\$ 108.191, equivalente a 12,46%.

Contribuíram para esse resultado:

- Crescimento do custo com energia elétrica comprada para revenda no montante de R\$ 20.003 (+ 4,73%), devido, principalmente ao aumento no volume de energia comprada para revenda de 2,45% (+106.498 MWh), em decorrência do crescimento da energia requerida no fornecimento de energia elétrica.
- Aumento da despesa com pessoal e administradores no montante de R\$ 33.337 (137,63%), devido principalmente a: (i) reajuste salarial do dissídio coletivo a partir de novembro de 2010 com impacto nas rubricas de remunerações, encargos sociais, férias, 13º salário, dentre outros; e (ii) apropriação de indenizações trabalhistas. Adicionalmente, o saldo do período anterior estava impactado positivamente pela apropriação do superávit previdenciário.
- Crescimento das provisões líquidas – PCLD no montante de R\$ 8.108, com o aumento da inadimplência das classes Residencial e Residencial Baixa Renda, impactado pelos novos critérios de fornecimento de energia estabelecidos pela ANEEL através da Resolução 414/2010 que impede o corte para dívidas vencidas há mais de 90 dias e limita o período para execução do corte em até 10 dias após o reaviso.
- Crescimento das despesas com serviços de terceiros no montante de R\$ 5.808 – 9,80%, devido principalmente a: (i) reajuste dos serviços; e (ii) aumento no volume de serviços realizados de poda de árvore e limpeza de faixa de servidão visando minimizar os impactos das fortes chuvas que ocasionam interrupção da rede elétrica.

Comentário do Desempenho

- Aumento do custo de construção em R\$ 36.116, 18,16%, devido ao volume de investimentos. Vide comentários acima na Receita de Construção.

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	3º Trimestre		Variação	
	2011	2010	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	9.750	10.385	(635)	-6,11
Juros, comissões e acréscimo moratório	13.909	9.581	4.328	45,17
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	(63.503)	(49.694)	(13.809)	27,79
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(5.337)	74.484	(79.821)	(107,17)
Total	(45.181)	44.756	(89.937)	-200,95

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 45.181 no terceiro trimestre de 2011, contra um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 44.756 no mesmo período de 2010, representando uma variação negativa de R\$ 89.937.

Contribuíram para esse resultado:

- Aumento dos encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas) em R\$ 13.809, - 27,79%. Esse crescimento deve-se principalmente ao aumento da despesa com encargos de dívida em função das novas captações de recursos para programas de investimentos de distribuição da Companhia, a partir de junho de 2011.
- Redução de outras receitas (despesas) financeiras líquidas em R\$ 79.821, devido ao saldo do período anterior estar impactado positivamente pela apropriação dos efeitos da ação judicial de alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS Lei 9.718/98.

Comentário do Desempenho

5.1.4 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado Até		Variação %
	30/09/2011	30/09/2010	2011/2010
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	5.103.376	4.543.223	12,33%
Receita Operacional Líquida	3.581.584	3.174.564	12,82%
EBITDA	1.012.585	940.774	7,63%
Resultado do Serviço	840.453	791.243	6,22%
Resultado Financeiro sem JSCP	-130.566	7.843	-1764,75%
Lucro Líquido	612.401	681.268	-10,11%
Margem EBITDA (%)	28,3%	29,6%	-4,61%
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção (*)	31,6%	32,5%	-1,42%
Margem Operacional (%)	23,5%	24,9%	-6,23%
Margem Líquida (%)	17,1%	21,5%	-13,30%
Indicadores Financeiros			
	30/09/2011	30/09/2010	Variação % 2011/2010
Ativo Total	6.034.662	5.517.213	9,38%
Dívida Bruta	2.538.704	1.868.238	35,89%
Patrimônio Líquido	2.270.293	2.132.028	6,49%
Investimentos	752.813	776.302	-3,03%
Dívida Total Líquida	2.297.491	1.504.818	52,68%
Dívida Total Líquida /EBITDA (**)	1,63	1,14	34,51%
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,50	0,41	20,00%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	0,05	-0,12	-133,33%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,38	0,39	-7,32%
(*) ROL sem a Receita de Construção			
(**) EBITDA análise dos últimos 12 meses			
Indicadores de Produtividade (*)			
	30/09/2011	30/09/2010	Variação % 2011/2010
Nº de Empregados	2.532	2.492	1,61%
Nº de Consumidores	5.043.621	4.846.835	4,06%
Consumidores/Empregados	1.992	1.945	3,02%
Custos/Consumidores	0,10	0,11	23,08%
Receita Operacional Líquida/Empregados	1.415	1.274	12,58%

O número de consumidores apresentou um crescimento de 3,10%, refletindo no crescimento da relação Consumidores-Empregados. O número de empregados em 30 de setembro de 2011 apresentou um aumento de 1,24% em relação ao mesmo período anterior. O índice ROL/Empregados está influenciando positivamente pelo aumento da receita líquida.

Comentário do Desempenho

Conciliação EBITDA (*)	3º Trim.		Variação % 2011/2010	Acumulado Até		Variação % 2011/2010
	2011	2010		30/09/2011	30/09/2010	
Lucro líquido	204.113	267.068	-23,6%	612.401	681.268	-10,1%
Despesas financeiras	138.632	88.287	57,0%	330.974	272.946	21,3%
Receitas financeiras	(93.451)	(133.043)	-29,8%	-200.408	-280.788	-28,6%
Resultado Alienação/Desativação Bens e Direitos	(1.261)	(2.915)	-56,7%	-174	-1.500	-88,4%
Imposto de renda	26.086	41.397	-37,0%	83.323	103.647	-19,6%
Depreciação e amortização	58.352	56.503	3,3%	172.306	151.030	14,1%
Amortização de ágio	4.721	4.724	-0,1%	14.163	14.171	-0,1%
EBITDA	337.192	322.021	4,7%	1.012.585	940.774	7,6%

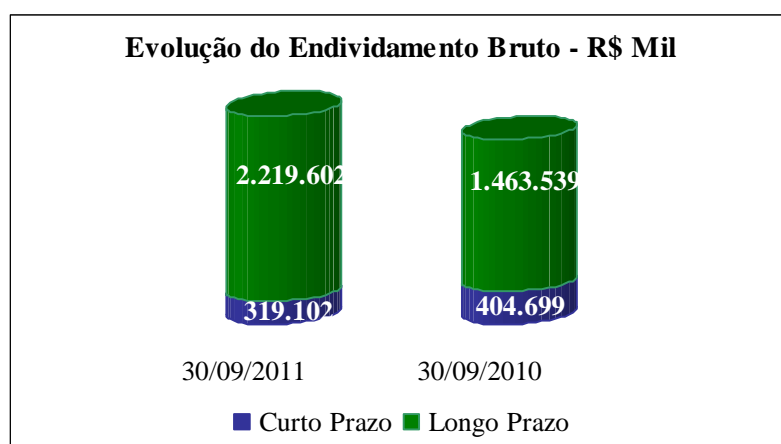
6. ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e encargos, passou de R\$ 1.868.238 em 30 de setembro de 2010 para R\$ 2.538.704 em 30 de setembro de 2011. Este acréscimo de 35,88% ocorreu principalmente em função de novas captações de recursos, acompanhadas de ingressos financeiros de contratos já existentes.

A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o terceiro trimestre de 2011 com R\$ 2.297.491 (R\$ 1.504.818 em 30 de setembro de 2010), 52,68% maior do que a verificada no período anterior.

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 1,13 em 30 de setembro de 2010 para 1,63 em 30 de setembro de 2011 devido ao crescimento da dívida líquida que foi superior ao crescimento do EBITDA no período.

A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre curto e longo prazo.



Notas Explicativas

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e aos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgado pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulado pelo Contrato de Concessão n° 010, firmado em 08 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 07 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações relativas ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Notas Explicativas

Estas Informações Trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais de 31 de dezembro de 2010, descritas na nota explicativa nº 2 da referida demonstração, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

Adicionalmente as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, bem como outras informações consideradas relevantes.

Em função da adoção das novas normas contábeis emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM em 31 de dezembro de 2010, a Companhia reapresentou as Informações Trimestrais do referido ano, portanto, as Informações Trimestrais do período de nove meses findo em 30/09/2010, apresentadas comparativamente estão consistentes com as práticas contábeis dessas informações trimestrais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 24 de outubro de 2011, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

Adicionalmente, a informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi reclassificada, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/12/10	
	Balanço Patrimonial	
	Publicado	Reclassificado
Ativo Circulante		
Contas a Receber	883.386	881.317
Outros ativos circulantes	110.549	78.512
Serviços em Curso	-	32.666
Passivo Não Circulante		
Outros passivos não circulantes	8.682	7.242

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/11	31/12/10
Caixa e Depósitos bancários à vista	24.115	47.149
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	25.145	42.569
Fundos de investimento	118.959	11.559
	<u>168.219</u>	<u>101.277</u>

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 97% a 106%.

4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	30/09/11	31/12/10
Consumidores	(a)	1.272.646	1.198.539
Títulos a Receber		1.982	2.207
Comercialização de Energia na CCEE	(b)	17.094	18.603
Disponibilização do Sistema de Distribuição		11.894	10.661
Serviços Prestados a Terceiros		8.217	7.181
Outros Créditos		62.982	74.093
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(c)	(151.450)	(119.276)
Total		<u>1.223.365</u>	<u>1.192.008</u>
Circulante		936.231	881.317
Não Circulante		287.134	310.691

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Setor Privado							
Residencial	221.593	150.044	272.696	644.333	597.810	(122.362)	(86.603)
Industrial	115.851	6.842	14.270	136.963	127.098	(4.178)	(5.912)
Comercial, serviços e outras	114.576	31.259	54.469	200.304	199.135	(10.318)	(10.102)
Rural	37.754	9.773	23.788	71.315	57.397	(3.530)	(3.606)
	<u>489.774</u>	<u>197.918</u>	<u>365.223</u>	<u>1.052.915</u>	<u>981.440</u>	<u>(140.388)</u>	<u>(106.223)</u>
Setor Público							
Poder Público							
Federal	4.490	424	1.166	6.080	6.224	-	(764)
Estadual	7.551	2.571	449	10.571	12.443	-	-
Municipal	12.368	8.694	3.736	24.798	24.583	-	-
	<u>24.409</u>	<u>11.689</u>	<u>5.351</u>	<u>41.449</u>	<u>43.250</u>	<u>-</u>	<u>(764)</u>
Iluminação pública	17.251	10.070	5.438	32.759	28.771	-	-
Serviço público	37.379	2.765	1.051	41.195	39.684	(820)	(1.144)
Fornecimento não faturado	104.328	-	-	104.328	105.394	-	-
Total	<u>673.141</u>	<u>222.442</u>	<u>377.063</u>	<u>1.272.646</u>	<u>1.198.539</u>	<u>(141.208)</u>	<u>(108.131)</u>

Notas Explicativas

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	<u>Consumidores</u>	<u>Títulos a Receber</u>	<u>Outros Créditos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(108.131)	(1.739)	(9.406)	(119.276)
Adições	(1.082.697)	(15.033)	(61.621)	(1.159.351)
Reversões	1.019.858	15.077	62.480	1.097.415
Baixados a Reserva	29.762	-	-	29.762
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>(141.208)</u>	<u>(1.695)</u>	<u>(8.547)</u>	<u>(151.450)</u>

Notas Explicativas

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/11	31/12/10
Disponíveis para venda						
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	dez-12	CDI	15.908	14.367
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	set-18	CDI	14.331	2.729
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jul-16	CDI	15.563	14.697
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	474	-
Bradesco	(2)	LFT	mar-12	CDI	1.076	1.066
Bradesco	(2)	CDB	mar-12 / jan-13 / set-13	CDI	1.947	1.510
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	13.349	19.410
Banco Itaú	(2)	Títulos Públicos	mai-12 / ago-12 / fev-13	CDIC	973	895
Caixa Econômica Federal		CDB	jan-12 / fev-14	CDI	4.687	6.753
Votorantim	(2)	CDB	dez-11	CDI	4.687	7.564
Total					<u>72.995</u>	<u>68.991</u>
Circulante					26.581	68.991
Não Circulante					46.414	-

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras, no montante de R\$ 59.151 (vide nota explicativa nº 13);

(2) Constituem garantia de contrato de energia.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

6 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/09/11	31/12/10
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	44.781	6.144
Contribuição Social - CSLL	(a)	55.682	3.855
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	43.541	45.499
Programa de Integração Social - PIS	(c)	1.488	12.839
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	45.263	64.120
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.499	1.315
Outros		14	47
		<u>192.268</u>	<u>133.819</u>
Não-Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	57.151	54.559
Recuperação Fiscal - REFIS	(d)	2.413	2.413
		<u>59.564</u>	<u>56.972</u>
Total		<u>251.832</u>	<u>190.791</u>

Notas Explicativas

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 97.936 (R\$ 96.057 em 31 de dezembro de 2010).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 2.756 (R\$ 4.001 em 31 de dezembro de 2010).

(c) PIS e COFINS a recuperar composto da seguinte forma:

c.1) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R\$ 8.161 (R\$ 1.386 em 31 de dezembro de 2010).

c.2) PIS e COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) a compensar decorrente do Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, em curso no Tribunal Regional Federal – 1ª. Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, a Companhia obteve o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procedeu no mês de setembro de 2010 o registro contábil do indébito tributário que está sendo compensado com outros tributos federais desde junho de 2011. O saldo em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 38.590 (R\$ 75.573 em 31 de dezembro de 2010).

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. Inconformada com a cobrança, a Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 19 – Provisões.

Notas Explicativas

7 OUTROS ATIVOS

	Ref.	30/09/11	31/12/10
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(a)	40.931	51.460
Adiantamentos a Empregados		3.129	808
Adiantamentos a Fornecedores		179	1.737
Serviços Prestados a Terceiros		515	204
Precatório - Finsocial	(b)	11.392	10.845
Desativações em Curso		5.127	3.344
Dispêndios a Reembolsar em Curso	(c)	12.374	12.751
Fundações		8.331	-
Outros créditos a receber		6.297	9.216
Total		<u>88.275</u>	<u>90.365</u>
Circulante		76.605	78.512
Não Circulante		11.670	11.853

(a) O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional da Companhia.

Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e no art.5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

(b) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003, em favor da Companhia, no valor de R\$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as sete primeiras parcelas anuais.

(c) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

8 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

Notas Explicativas

	Ativo				Passivo			
	30/09/11		31/12/10		30/09/11		31/12/10	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Diferenças Temporárias	211.838	52.821	146.053	36.373	244.227	60.881	199.402	48.774
Contribuição Social								
Diferenças Temporárias	197.726	17.796	146.053	13.144	244.227	21.981	199.402	17.946
Total		<u>70.617</u>		<u>49.517</u>		<u>82.862</u>		<u>66.720</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	30/09/11		31/12/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	48.098	48.098	17.912	17.912
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	121.156	121.156	109.100	109.100
Provisão PLR	11.835	11.835	2.052	2.052
Déficit plano previdenciário	1.996	1.996	1.996	1.996
Outros	23.753	9.641	9.993	9.993
Total Ativo	<u>211.838</u>	<u>197.726</u>	<u>146.053</u>	<u>146.053</u>
Passivo				
Precatório Finsocial	11.392	11.392	10.847	10.847
Aplicação do "Hedge Accounting"	3.187	3.187	5.418	5.418
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	51.913	51.913	30.094	30.094
Ajuste da quota anual de amortização	15.823	15.823	11.508	11.508
Capitalização de juros de acordo com o IFRS	93.667	93.667	57.877	57.877
(-) Amortização da capitalização de juros	(24.526)	(24.526)	(3.885)	(3.885)
Déficit plano previdenciário CD	114	114	114	114
Superávit plano previdenciário BD	44.451	44.451	24.395	24.395
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	33.296	33.296	31.850	31.850
Custo de Captação	14.910	14.910		
Outros	-	-	31.184	31.184
Total Passivo	<u>244.227</u>	<u>244.227</u>	<u>199.402</u>	<u>199.402</u>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Expectativa de Realização	2012	2013	2014	2015	2016	2017-2019	Total
Imposto de Renda	26.260	4.620	4.620	4.533	4.533	8.255	52.821
Contribuição Social	8.206	1.667	1.667	1.636	1.636	2.984	17.796
	<u>34.466</u>	<u>6.287</u>	<u>6.287</u>	<u>6.169</u>	<u>6.169</u>	<u>11.239</u>	<u>70.617</u>

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas Explicativas

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2011 e 2010.

Ref.	30/09/11		30/09/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	709.887	709.887	799.086	799.086
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(14.163)	(14.163)	(14.171)	(14.171)
Ajustes decorrentes do RTT	(84.934)	(84.934)	(77.130)	(77.130)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	610.790	610.790	707.785	707.785
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	152.698	54.971	176.946	63.701
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre Obras em Andamento - JOA	-	11	-	8
Contribuições e Doações	184	66	197	71
Multas Inedutíveis	389	140	641	230
Depreciação Veículos Executivos	68	25	148	54
Outras Adições	898	1.162	835	331
Subtotal Adições	1.539	1.404	1.821	694
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(6.873)	(2.474)	(6.877)	(2.476)
Incentivo Fiscal SUDENE	(112.005)	-	(126.421)	-
Incentivos Audiovisual/Rouanet e PAT	(2.409)	-	(1.791)	-
Efeito Regime Lucro Presumido	-	-	-	-
Outras Exclusões	(3.528)	-	(930)	(1.019)
Subtotal Exclusões	(124.815)	(2.474)	(136.019)	(3.495)
Imposto de renda e contribuição social no período	29.422	53.901	42.748	60.900
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social gerado	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	29.422	53.901	42.748	60.900
Corrente	40.118	56.481	39.596	59.766
Diferido	(10.697)	(2.580)	3.152	1.134
	29.421	53.901	42.748	60.900

(a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Trabalhistas	74.764	77.980
Cíveis	30.077	26.683
Fiscais:	-	
PIS / COFINS	11.675	11.098
Incentivo Fiscal SUDENE	52.497	44.860
Outros	<u>11.459</u>	<u>9.731</u>
Total	<u><u>180.472</u></u>	<u><u>170.352</u></u>

10 ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

Notas Explicativas

- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 11).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	443.965
Adições	18.594
Baixas	(260)
Transferências	42.095
Ajuste - Valor Justo	22.065
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>526.459</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

Notas Explicativas

11 INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/09/2011				31/12/10	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
<u>Em serviço</u>						
Direito de Uso da Concessão	5,27%	3.540.510	(805.852)	(391.226)	2.343.432	2.356.493
<u>Em curso</u>						
Direito de Uso da Concessão		740.075	-	44.864	784.939	388.169
Total		<u>4.280.585</u>	<u>(805.852)</u>	<u>(346.362)</u>	<u>3.128.371</u>	<u>2.744.662</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.249.615	(551.588)	(341.534)	2.356.493	388.943	(774)	388.169	2.744.662
Adições	-	-	-	-	752.814	(109.065)	643.749	643.749
Baixas	(2.218)	-	-	(2.218)	(1.328)	-	(1.328)	(3.546)
Amortização	-	(254.264)	74.914	(179.350)	-	-	-	(179.350)
Transferências	293.113	-	(124.606)	168.507	(386.773)	176.171	(210.602)	(42.095)
Outras Transferências	-	-	-	-	(13.581)	(21.468)	(35.049)	(35.049)
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>3.540.510</u>	<u>(805.852)</u>	<u>(391.226)</u>	<u>2.343.432</u>	<u>740.075</u>	<u>44.864</u>	<u>784.939</u>	<u>3.128.371</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável (concessão). (Vide nota explicativa nº 10).

Notas Explicativas

(a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Notas Explicativas

12 FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é como segue:

Fornecedores	30/09/11	31/12/10
Energia Elétrica:		
Terceiros	164.439	159.950
Partes Relacionadas	41.793	38.547
Subtotal	206.232	198.497
Encargos de Uso da Rede	33.577	29.308
Materiais e Serviços	109.601	97.036
Energia Livre	18.768	17.263
Total	368.178	342.104
Circulante	361.588	335.755
Não Circulante	6.590	6.349

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	30/09/11	31/12/10
Moeda nacional								
BNB			1.306	-	38.509	282.712	322.527	173.845
(-) Custos de transação		10,00% a.a. a 13,20% a.a.	-	-	(1.097)	(2.937)	(4.034)	(4.880)
Subtotal - BNB			1.306	-	37.412	279.775	318.493	168.965
BNDES FINEM			1.162	-	73.628	261.806	336.596	278.586
(-) Custos de transação		TJLP+ 3,20% a.a. /8,06% a.a.	-	-	(43)	(50)	(93)	(134)
Subtotal - BNDES FINEM			1.162	-	73.585	261.756	336.503	278.452
Eletrobrás			-	-	29.188	160.288	189.476	213.197
(-) Custos de transação		5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	-	(126)	(542)	(668)	(666)
Subtotal - Eletrobrás			-	-	29.062	159.746	188.808	212.531
FINEP			101	-	7.770	42.088	49.959	49.272
(-) Custos de transação		5,27% a.a. a 5,34% a.a.	-	-	(101)	(250)	(351)	(397)
Subtotal - FINEP			101	-	7.669	41.838	49.608	48.875
Banco do Brasil			1.166	25.759	-	493.714	520.639	508.220
(-) Custos de transação		13,55% a.a / 13,76% a.a.	-	-	(2.326)	(3.598)	(5.924)	(9.221)
Operações com Swap			-	-	-	(5.267)	(5.267)	(1.571)
Subtotal - Banco do Brasil			1.166	25.759	(2.326)	484.849	509.448	497.428
BONDS BRL			19.975	-	-	400.000	419.975	-
(-) Custos de transação		12,19% a.a. a 12,28% a.a.	-	-	(779)	(2.784)	(3.563)	-
Operações com Swap			-	-	-	-	-	-
Subtotal - BONDS BRL			19.975	-	(779)	397.216	416.412	-
Total moeda nacional			23.710	25.759	144.623	1.625.180	1.819.272	1.206.251
Moeda estrangeira								
Banco Interamericano Desenvolvimento – BID		vc + 3,00% a.a.	-	-	-	-	-	1.216
Operações com Swap		CDI - 6% a.a.	-	-	-	-	-	1.168
Subtotal - Banco Interamericano Desenvolvimento – BID			-	-	-	-	-	2.384
Títulos Externos		Libor + 1,875% a.a	1.618	-	4.966	264.716	271.300	234.452
Operações com Swap		106,75%, 107,25%, 101,61%,	-	-	-	(6.629)	23.895	60.527
Subtotal - Títulos Externos		101,72%, 103,27%, 100,40%,	1.618	-	35.490	258.087	295.195	294.979
		102,87% do CDI	-	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira			1.618	-	35.490	258.087	295.195	297.363
Total			25.328	25.759	180.113	1.883.267	2.114.467	1.503.614

Notas Explicativas

(a) Captações e renegociações de recursos no trimestre:

a.1) Banco do Nordeste do Brasil – BNB, captação da 4ª e 5ª parcelas no montante de R\$ 86.255 para financiamento dos investimentos em 2011, proveniente do Contrato de Abertura de Crédito no valor de R\$ 284.132, assinado em setembro de 2010, com prazo de 8 anos, a ser amortizado em 72 parcelas mensais a partir de outubro de 2012, com custo de 10% a.a. e juros pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente após a carência. Foram dadas como garantia a este financiamento a centralização de recebíveis, fundo de liquidez e aval da Neoenergia.

a.2) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$ 43.000, referente ao financiamento dos investimentos realizados no 3º trimestre de 2011, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em março de 2011.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM, os Títulos Externos e Bonds contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré- estabelecidos, como segue:

FINEM 2007 - Endividamento Financeiro/EBITDA menor ou igual a 1,60 até 2012 e Endividamento Financeiro Líquido /(Endividamento Líquido + PL) menor ou igual a 0,60 até 2012.

Títulos Externos - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Bonds - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Garantias

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, aval do acionista controlador, imóveis administrativos e títulos e valores mobiliários vinculados (contas reservas).

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/09/11			31/12/10		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2012	141.222	(1.005)	140.217	246.113	(4.051)	242.062
2013	143.637	(3.301)	140.336	100.649	(3.045)	97.604
2014	446.342	(3.060)	443.282	375.610	(2.431)	373.179
2015	514.522	(1.734)	512.788	450.271	(942)	449.329
Após 2015	673.463	(1.060)	672.403	137.174	(767)	136.407
Total	<u>1.919.186</u>	<u>(10.160)</u>	<u>1.909.026</u>	<u>1.309.817</u>	<u>(11.236)</u>	<u>1.298.581</u>

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	156.153	1.050.098	48.879	248.484	1.503.614
Ingressos	-	690.032	-	-	690.032
Encargos	89.925	17.522	4.295	-	111.742
Variação monetária e cambial	-	-	133	28.230	28.363
Swap	-	(471)	14.425	(19.397)	(5.443)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	41	(9.006)	10.953	1.988
Transferências	102.188	(102.188)	10.183	(10.183)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(184.692)	-	(31.801)	-	(216.493)
(-) Custos de Transação	4.759	(4.095)	-	-	664
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>168.333</u>	<u>1.650.939</u>	<u>37.108</u>	<u>258.087</u>	<u>2.114.467</u>

14 DEBÊNTURES E ENCARGOS

Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Swap	30/09/11			31/12/10	
						Encargos	Principal		Total	Total
						Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%		308	6.519	10.541	17.368	20.798
(-) Custos de transação						-	-	-	-	(283)
Operações com swap					IGPM+13,95	-	14.420	23.831	38.251	48.617
Subtotal - 3ª Emissão						308	20.939	34.372	55.619	69.132
5ª Emissão	2ª	10.000	IGPM + 10,8% a.a.			-	-	-	-	112.793
(-) Custos de transação						-	-	-	-	(77)
Subtotal - 5ª Emissão						-	-	-	-	112.716
6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		11.433	78.641	196.638	286.712	317.554
(-) Custos de transação						-	(419)	(408)	(827)	(1.247)
Subtotal - 6ª Emissão						11.433	78.222	196.230	285.885	316.307
7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		2.851	-	80.000	82.851	80.309
(-) Custos de transação						-	(93)	(26)	(119)	-
Subtotal - 7ª Emissão						2.851	(93)	79.974	82.732	80.309
Total						<u>14.592</u>	<u>99.068</u>	<u>310.576</u>	<u>424.236</u>	<u>578.464</u>

Os recursos oriundos da captação por meio das debêntures foram utilizados para reforço de caixa da Companhia.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

Notas Explicativas

As escrituras de emissões das debêntures prevêm a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(b) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures foi dada garantia de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/09/11			31/12/10		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2012	39.321	(105)	39.216	96.322	(473)	95.849
2013	176.602	(236)	176.366	174.531	(281)	174.249
2014	95.087	(93)	94.994	93.075	(96)	92.979
Total	<u>311.010</u>	<u>(434)</u>	<u>310.576</u>	<u>363.928</u>	<u>(850)</u>	<u>363.077</u>

A mutação das debêntures é a seguinte:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	215.387	363.077	578.464
Ingressos	-	-	-
Encargos	40.237	-	40.237
Varição monetária e cambial	4.401	1.147	5.548
Swap	1.880	3.244	5.124
Efeito cumulativo marcação a mercado	88	154	242
Transferências	56.795	(56.795)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(206.041)	-	(206.041)
(-) Custos de transação	913	(251)	662
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>113.660</u>	<u>310.576</u>	<u>424.236</u>

Notas Explicativas**15 SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR**

	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Salários	215	4.902
Encargos sociais	8.865	5.989
Provisões Férias e 13º salário	24.282	15.622
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13º salário	1.382	2.038
Provisão PLR	11.835	2.052
Outros	108	53
Total	<u>46.687</u>	<u>30.656</u>

16 TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Reserva Global de Reversão – RGR		17.364	14.952
Conta de Consumo de Combustível – CCC		16.255	14.897
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		2.850	2.495
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.398	1.702
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		222	343
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	33.549	30.742
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	14.691	17.919
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		761	699
Total		<u>87.090</u>	<u>83.749</u>
Circulante		65.511	65.049
Não Circulante		21.579	18.700

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n°s 300/2008 e 316/2008.

Notas Explicativas**17 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Circulante		
Imposto de Renda - IR	44.996	2.842
Contribuição Social - CSLL	55.463	4.236
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	60.524	60.164
Programa de Integração Social - PIS	7.216	6.665
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	32.362	29.852
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	5.643	4.951
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	709	814
Imposto sobre Serviços - ISS	3.727	2.724
Outros	4.681	3.555
	<u>215.321</u>	<u>115.803</u>
Não-Circulante		
Imposto de Renda - IR	757	695
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	1.989	1.663
Programa de Integração Social - PIS	287	1.026
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	409	391
	<u>3.442</u>	<u>3.775</u>
Total	<u>218.763</u>	<u>119.578</u>

18 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou a Assembléia Geral de Acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos complementares aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2011</u>					
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	28.341	0,1460057	0,1460057	0,1606063
AGO de 27 de abril de 2011	Dividendos	469.099	2,4166742	2,4166742	2,6583417
RCA de 30 de Junho de 2011	JSCP	28.342	0,1460108	0,1460108	0,1606119
RCA de 29 de agosto de 2011	Dividendos Intermediários	275.043	0,1416952	0,1416952	0,1558648
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	28.342	0,1460108	0,1460108	0,1606119
		<u>829.167</u>			

Com a nova prática contábil, os juros sobre o capital próprio não mais transitam pela demonstração do resultado do exercício, estando os efeitos demonstrados apenas na mutação do patrimônio líquido e na taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social.

A formação dos saldos é como segue:

Notas Explicativas

Saldos em 31 de dezembro de 2010	29.177
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	829.166
Propostos	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.164)
Pagos no período	(583.253)
Prescritos	(39)
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>273.887</u>

19 PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 17.393, classificadas no passivo circulante (R\$ 15.879 em 31 de dezembro de 2010) e R\$ 103.762 no não circulante (R\$ 93.221 em 31 de dezembro de 2010) estão compostas como segue:

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	61.973	40.312	6.815	109.100
Constituição	30.955	15.373	1.889	48.217
Baixas/reversão	(30.309)	(18.888)	-	(49.197)
Remuneração	7.234	5.321	480	13.035
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>69.853</u>	<u>42.118</u>	<u>9.184</u>	<u>121.155</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Notas Explicativas

Contingência Trabalhista	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		30/09/11	31/12/10
Ex-empregados da Companhia	37.445	1ª, 2ª e 3ª	Provável	37.445	27.390
	182.538	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	32.516	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	26.798	1ª, 2ª e 3ª	Provável	26.798	25.436
	162.749	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	57.656	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	5.610	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.610	9.147
	68.678	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	6.983	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	580.973			69.853	61.973

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		30/09/11	31/12/10
Cientes – Tarifas Plano Cruzado	11.327	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.327	11.752
Indenização por perdas	27.212	1ª, 2ª e 3ª	Provável	27.212	25.031
	457.219	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	8.924	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	1.111
	2.176	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Comerc. Energia e produtos	23.049	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	49	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	746	1ª, 2ª e 3ª	Provável	746	427
	42.307	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	2.932	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório	3.475	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Iluminação pública	167	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	80	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações	1.738	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.738	1.757
Racionamento de Energia Elétrica	1	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1	-
	61	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	1.094	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.094	234
	10.138	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	227	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	592.922			42.118	40.312

Notas Explicativas

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Clientes – Plano Cruzado – Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.

Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Notas Explicativas

Contingência Fiscal	Ref.	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado	Instância		30/09/11	31/12/10
ICMS	(1)	133	1ª, 2ª e 3ª	Provável	133	125
		36.088	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(2)	2.009	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.009	1.883
		14.685	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF	(3)	4.444	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(4)	10.109	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	(5)	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	3
		730	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.292	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(6)	16.674	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(7)	59.083	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(8)	16.206	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(9)	379.614	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	(10)	4.693	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.693	4.399
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(11)	1.618	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		257	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(12)	4.683	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		421	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas	(13)	1.713	Administrativa	Possível	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(14)	48.723	Judicial	Possível	-	-
Outras	(15)	2.346	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.346	407
		289	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		606.439			9.184	6.817

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(1) ICMS

(1.1) Autos de Infração lavrados contra a Companhia em 12/2007 e 08/2008, no montante de R\$ 133, decorrente da utilização indevida de crédito de ICMS sobre produtos adquiridos para integrar o ativo imobilizado no período de 2002 a 2006. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entendeu devido. A diferença remanescente foi objeto de impugnação administrativa, todavia, por inexistirem precedentes jurisprudenciais sobre a tese articulada na defesa, decidiu-se proceder à contabilização da referida contingência. Esgotada a discussão na via administrativa, a Companhia propôs ação ordinária com pedido de tutela antecipada, no entanto, para manter a suspensão da exigibilidade do crédito tributário foi necessária realização do depósito judicial.

(1.2) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS, no montante de R\$ 3.157, aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa.

Notas Explicativas

(1.3) Auto de Infração lavrado contra a Companhia, referente ao período de 2005 e 2006, correspondente a R\$ 27.181, questionando a aplicação da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, Incisos I, II e III do RICMS. A Companhia entende que os procedimentos adotados estão em consonância com as regras legais e procedeu a impugnação ao lançamento de ofício.

(1.4) Autos de Infração lavrados contra a Companhia, relativos aos anos de 2005/2006 e 2009, nos montantes de R\$ 4.808 e R\$ 941, respectivamente. A SEFAZ/BA identificou supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor efetivamente recolhido e informado no demonstrativo de apuração de ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa alegando que o layout do referido Convênio não é adequado para capturar todas as operações desenvolvidas pela Companhia, fato que provocou distorções entre as declarações. Nos autos da impugnação foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia.

(2) ISS - Autos de infração lavrados questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária envolvendo diversos municípios. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração, e constituiu a provisão contábil dos processos em que não existem jurisprudências favoráveis aos argumentos articulados na defesa. Os processos que existem jurisprudências favoráveis estão classificados como possíveis e não foi constituída provisão.

(3) CPMF - Auto de Infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de 09/1998 a 08/2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A Companhia procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Apesar disso, o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A Companhia impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

(4) CSLL - Auto de infração referente ao ano-calendário 2003, em virtude da exclusão da depreciação dos ativos imobilizados majorados pela correção monetária complementar (IPC/BTNF), oferecidos indevidamente à tributação pela CSLL em anos anteriores. A Companhia entende que a autuação realizada pelo Fisco Federal é indevida, por isso, apresentou impugnação administrativa.

(5) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

(6) O parcelamento alternativo REFIS, com vigência de cinco anos teve a última parcela paga em 03/2005. Entretanto, a Receita Federal alega que existe uma diferença entre o valor do débito consolidado e o declarado pela Companhia, correspondente às multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSSL e FINSOCIAL que estavam com a exigibilidade suspensa. A Companhia impetrou Ação Anulatória com pedido de Antecipação de Tutela, com objetivo de extinguir o saldo devedor exigido e a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. No entanto, o pleito foi indeferido pelo juízo de primeiro grau ensejando recurso à instância superior, na qual a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Em dezembro/09, o juízo de primeiro grau proferiu sentença, acolhendo parcialmente o pedido da Companhia. Em decorrência foi interposto o recurso de Apelação para o Tribunal Regional Federal.

Notas Explicativas

Concomitantemente, foi proposta e deferida pelo TRF, medida cautelar visando a manutenção da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

(7) PIS/COFINS

(7.1) Auto de infração lavrado em março de 2005, no montante de R\$ 36.756, cobrando o recolhimento das contribuições do PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes dos contratos de “hedge – swap”, referente aos exercícios de 2000 a 2002, segundo o regime de competência contábil. A Companhia apresentou impugnação a essa cobrança por entender que esses contratos são acessórios aos contratos de empréstimos e, portanto, somente seriam devidas quando da liquidação dos contratos segundo o regime de caixa. Para promoção do recurso administrativo foi requerido que a Companhia efetuasse depósito recursal equivalente a 30% do valor questionado.

(7.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedido de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS no ano-calendário 2002, no montante de R\$ 22.128, sob o argumento que a Companhia foi autuada em decorrência da não tributação das receitas de “hedge – swap”, nas bases de cálculo do PIS e COFINS. A Companhia impetrou recurso à Câmara Superior de Recursos do Conselho de Contribuintes, restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Enquanto o auto de infração mencionado no item anterior não transitar em julgado, não pode a Receita Federal indeferir o pedido de compensação sob o argumento de inexistência de crédito tributário.

(7.3) Notificação fiscal decorrente da glosa de retenções fonte efetuada por órgãos públicos ano-calendário 2002, no montante de R\$ 199. A Companhia apresentou impugnação referente à glosa efetuada e aguarda decisão administrativa.

(8) COFINS - Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém, não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante, a Companhia protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo pendente de julgamento do mérito.

(9) IRPJ

(9.1) Auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Guarani, no montante de R\$ 14.195. A Companhia entende ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo n. 01/2002. Em decorrência, apresentou impugnação e aguarda decisão administrativa.

Notas Explicativas

(9.2) Auto de Infração lavrado contra a Companhia, no montante de R\$ 100, decorrente de omissão de receitas advindas de juros sobre o capital próprio e lançamento de multa isolada, em virtude da falta de retenção do IRRF sobre o pagamento de juros sobre capital próprio pagos à Neoenergia. Foi protocolada defesa administrativa com as seguintes argumentações: (1) em relação ao IRPJ incidente sobre a receita de JSCP o fisco deixou de reconhecer a recomposição da base de cálculo do ADENE, e apenas o valor residual foi pago; (2) a Companhia entende que não deve tributar os pagamentos de JSCP remetidos, porque esses valores já são tributados pela “holding”. Em 15/04/2009 foi proferida decisão pela RFB julgando como procedentes os lançamentos. Em 13/05/2009, a Companhia recorreu da decisão ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e aguarda pronunciamento final.

(9.3) Auto de infração lavrado em 2011, decorrente da falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Neoenergia, no montante de R\$ 48.897. A Companhia entende ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo n. 01/2002. Em decorrência, a Companhia apresentará impugnação. Existe julgamento favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, ainda pendente de formalização do acórdão.

(9.4) Auto de infração, no valor de R\$ 316.422 decorrente da não adição da despesa de ágio contabilizada no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentará impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

(10) INSS- Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS, referentes aos exercícios de 1998 e 1999, sob a alegação de que a Companhia não apresentou os comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que lhes prestaram serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito só pode ocorrer após a constatação de descumprimento da obrigação pelo devedor principal, no entanto, como em alguns casos não possui em arquivo a documentação comprobatória exigida pelo INSS, conservadoramente, realizou a provisão dos respectivos valores. Em relação aos processos que a Companhia possui a documentação suporte exigida pelo FISCO, não houve constituição de provisão.

(11) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados em 2005, 2006 e 2007 e 2008 pela SEFAZ-BA, referentes às competências de 2000, 2001, 2002 e 2003 cobrando o pagamento do imposto sobre a doação de rede elétrica e participação financeira do consumidor. A Companhia protocolou impugnação administrativa junto a SEFAZ-BA em relação a todos os autos de infração. Em junho de 2009, a Companhia foi notificada do julgamento administrativo em relação ao ano de 2000, onde o auto de infração foi considerado improcedente pelo Conselho de Fazenda estadual - CONSEF. Em relação aos demais períodos, os recursos ainda estão pendentes de julgamento.

(12) CIDE

(12.1) Auto de infração relativo à Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE, lavrado em 05/2003, sob a alegação de falta de recolhimento da CIDE no período de 01/2001 a 09/2002. A Companhia apresentou impugnação administrativa sob o argumento de que no período autuado, não ocorreu o fato gerador da CIDE sobre as operações efetuadas, todavia, apesar da consistência dos argumentos articulados na defesa, o lançamento tributário foi considerado procedente. Em 01/2007 a Companhia ingressou com recurso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, o qual está pendente de julgamento.

Notas Explicativas

(12.2) - Despacho Decisório que indeferiu o pedido de compensação de débito de CIDE, do ano-calendário 2003, com crédito da mesma contribuição apurado em dezembro de 2001. A SRF alegou que não conseguiu visualizar a existência do crédito fiscal informado nas obrigações acessórias (DCTF) e indeferiu o processo. A Companhia impetrou recurso administrativo e está aguardando o julgamento.

(13) Corresponde a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos, além de processos judiciais impetrados contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

(14) Mandado de segurança impetrado pela Companhia contra solução de consulta emitida pela Receita Federal, que contraria o procedimento adotado para apurar o incentivo fiscal SUDENE, o qual consiste na exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração. A divergência abarca os fatos geradores de 2003 a agosto de 2010. Em virtude do risco de ocorrer o lançamento de ofício, a Companhia resolveu efetuar o depósito judicial do montante integral do tributo objeto da divergência e dessa forma, garantir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Atualmente o processo está sob análise do Tribunal Regional Federal – 1ª Região.

(15) Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc.

20 OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/09/11	31/12/10
Consumidores	(1)	30.391	29.594
Plano de Saúde (Fundo de Reserva)	(2)	8.622	11.580
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		172	9.393
Convênios		1.801	1.721
Caução em Garantia	(3)	45.654	49.000
FGTS Conta Empresa		207	207
Encargos CBEE		219	299
Adiantamentos recebidos		24.255	16.902
Outras		7.098	10.548
Total		<u>118.419</u>	<u>129.244</u>
Circulante		<u>101.091</u>	<u>122.002</u>
Não Circulante		17.328	7.242

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco, por parte da Companhia e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos – empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas com assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

Notas Explicativas

(3) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	98.122.082	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.889	87,8
Iberdrola Energia	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.726	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.145	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	282.702.410	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.242	87,8
Iberdrola Energia	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3
Outros	6.530.731	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.683	1,4
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

O lucro por ação básico é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 e IAS 33.

Notas Explicativas

Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

A Companhia apurou no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 o valor de R\$ 112.001 (R\$ 126.420 em 30 de setembro de 2010) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da Companhia, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio líquido.

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no período por já ter atingido esse limite.

Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 65.069 (R\$ 65.069 em 31 de dezembro de 2010) a qual foi constituída de acordo com o artigo 196 da Lei das S.A.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26, inclui os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo do ativo indenizável (concessão) líquida dos efeitos tributários.

Notas Explicativas**22 RECEITA BRUTA**

	Ref.	30/09/2011	30/09/2010
Fornecimento de Energia	(a)	<u>1.568.872</u>	<u>1.524.511</u>
Receita de operação e manutenção		1.494.028	1.475.501
Remuneração financeira wacc		74.844	49.010
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	18.967	27.234
Disponibilização do Sistema de Transmissão	(c)	<u>2.865.116</u>	<u>2.460.750</u>
Receita de operação e manutenção		2.863.704	2.460.244
Remuneração financeira wacc		1.412	506
Receita de Construção		607.372	475.917
Outras Receitas		43.049	54.811
Total		<u><u>5.103.376</u></u>	<u><u>4.543.223</u></u>

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Nº de consumidores faturados		MWh		R\$ mil	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Consumidores:						
Residencial	4.426.839	4.222.976	4.010.465	3.851.296	1.738.954	1.528.410
Industrial	20.747	21.326	2.679.029	2.554.109	777.110	689.955
Comercial	311.133	304.392	2.114.562	2.030.510	1.024.356	900.986
Rural	199.077	194.176	849.324	820.750	180.227	161.994
Poder Público	46.382	43.879	451.352	437.716	195.026	173.018
Iluminação Pública	16.051	15.929	564.818	523.621	113.484	97.339
Serviço Público	8.697	7.879	567.249	558.705	129.477	120.065
Consumo Próprio	335	350	10.110	10.667	-	-
Suprimento	1	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(1.066)	(1.256)
Transferência para atividade de distribuição (1)	-	-	-	-	(2.782.993)	(2.373.871)
Subtotal	<u>5.029.262</u>	<u>4.810.908</u>	<u>11.246.909</u>	<u>10.787.374</u>	<u>1.374.575</u>	<u>1.296.640</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	194.297	227.871
Total	<u><u>5.029.262</u></u>	<u><u>4.810.908</u></u>	<u><u>11.246.909</u></u>	<u><u>10.787.374</u></u>	<u><u>1.568.872</u></u>	<u><u>1.524.511</u></u>

(1) Vide comentários nota (c) a seguir.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

Notas Explicativas

(c) Disponibilização do Sistema de Transmissão

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	<u>Ref.</u>	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
Receita de Uso da Rede Básica / Sistema de Conexão		82.123	86.879
Transfer. Atividade de Comercialização (Consumidores Cativos)	(a)	<u>2.782.993</u>	<u>2.373.871</u>
		<u><u>2.865.116</u></u>	<u><u>2.460.750</u></u>

(a) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “tUSD média” calculada a partir da tUSD homologada para consumidores cativos.

(d) Outras Receitas

	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
Renda da prestação de serviços	14.832	18.152
Arrendamentos e Aluguéis	17.463	14.706
Serviço taxado	3.627	2.854
Taxa de iluminação pública	3.583	-
Administração de faturas de fraudes	(3.232)	10.018
Outras receitas	<u>6.776</u>	<u>9.081</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u><u>43.049</u></u>	<u><u>54.811</u></u>

(e) Reajuste Tarifário 2011

A ANEEL, através da Resolução Homologatória n° 1.142 de 19 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2011, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 13,12%, sendo 8,47% relativo ao reajuste econômico e de 4,65% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 9,92% a ser percebido pelos consumidores cativos.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2011 com vigência até 21 de abril de 2012.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 10,16%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 9,79%.

Notas Explicativas

Receita Anual (RA0)	4.116.297
Encargos Setoriais	461.496
Compra de Energia Elétrica	1.921.992
Transporte de Energia	251.800
Parcela A	2.635.288
Remuneração Bruta de Capital - Parcela B	1.829.827
Receita Requerida (Parcela A +B)	4.465.115
CVA e Neutralidade	455
Componentes Financeiros	50.122
Subsídios Tarifários	156.948
Total Comp. Financeiros e Subsídios	207.525
Reajuste Econômico [(2) / (1)]	8,47%
Componentes Financeiros e Subsídios [(3) / (2)]	4,65%
Reajuste Tarifário Total [(4) + (5)]	13,12%
Reajuste Percebido pelo Consumidor (*)	9,92%

23 DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
IMPOSTOS:		
ICMS	(859.516)	(760.886)
PIS	(73.710)	(66.398)
COFINS	(340.125)	(307.285)
ISS	(3.678)	(2.257)
ENCARGOS SETORIAIS:	-	
Quota para reserva global de reversão - RGR	(41.011)	(37.915)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(25.653)	(25.346)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(140.860)	(121.459)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(13.774)	(17.835)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(5.494)	(5.427)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(2.747)	(2.714)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(5.494)	(12.439)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(1.490)	(532)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(8.240)	(8.167)
Encargos - CBEE	-	1
Total	<u>(1.521.792)</u>	<u>(1.368.659)</u>

Notas Explicativas**24 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	30/09/11			30/09/10	
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	(48.877)	(47.073)	(70.032)	(165.982)	(116.997)
Administradores	-	-	(2.634)	(2.634)	(2.669)
Entidade de previdência privada	(2.943)	(1.603)	1.305	(3.241)	(22.077)
Material	(7.086)	(1.025)	(861)	(8.972)	(8.210)
Serviços de terceiros	(46.524)	(96.599)	(45.496)	(188.619)	(169.192)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(6.432)	(231)	-	(6.663)	(5.877)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.313.181)	-	-	(1.313.181)	(1.171.599)
Encargos de uso do sistema transmissão	(177.145)	-	-	(177.145)	(205.744)
Depreciação e amortização	(140.246)	(25.149)	(6.910)	(172.305)	(151.030)
Arrendamentos e aluguéis	(800)	(155)	(2.076)	(3.031)	(2.160)
Tributos	(44)	(2.073)	(639)	(2.756)	(1.949)
Provisões Líquidas - PCLD	(33.846)	1.671	-	(32.175)	(15.034)
Perdas Conta a Receber/Consumidores	(4.259)	(25.502)	-	(29.761)	(8.373)
Provisões Líquidas - Contingências	-	-	(13.147)	(13.147)	(6.318)
Custo de construção	(607.372)	-	-	(607.372)	(475.917)
Alienação / Desativação de bens e direitos	-	-	174	174	1.500
Outros	(1.685)	(3.834)	(8.802)	(14.321)	(21.675)
Total custos / despesas	(2.390.440)	(201.573)	(149.118)	(2.741.131)	(2.383.321)

25 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	30/09/11	30/09/10
Renda de aplicações financeiras	24.893	28.906
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	48.592	26.491
Variação monetária	43.510	60.412
Variação cambial	19.741	43.802
Operações Swap	49.421	48.994
Outras receitas financeiras	14.251	72.183
Total	200.408	280.788

Despesa Financeira	30/09/11	30/09/10
Encargos de dívida	(125.319)	(79.239)
Variação monetária	(56.107)	(39.150)
Variação cambial	(49.940)	(36.443)
Operações Swap	(59.529)	(82.854)
Outras despesas financeiras	(40.079)	(35.259)
Total	(330.974)	(272.945)

Notas Explicativas

26 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/11			31/12/10		30/09/10
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Fundação Coelba de Previdência Complementar		Contribuição Patronal	-	-	(715)	-	-	(642)
Amara Brasil	f)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	586	(16)	-	135	(19)
Neoenergia S.A.		Adiantamento - AFAC	-	2.402	-	-	1.694	-
	e)	Aluguel/Comodato	-	78	-	-	-	-
		Contrato de Mútuo	-	-	-	-	-	-
		Dividendos	-	242.628	-	-	-	-
		Energia fornecida	-	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	25.002	-	-	23.570	-
		Prestação de serviço	120	-	(174)	-	-	-
			<u>120</u>	<u>270.110</u>	<u>(174)</u>	<u>-</u>	<u>25.264</u>	<u>-</u>
Iberdrola Energia S.A		Juros sobre capital próprio	-	1.985	-	-	1.871	-
			<u>-</u>	<u>1.985</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.871</u>	<u>-</u>
Previ - Caixa de Previdência dos		Aluguel/Comodato	-	-	-	-	-	(156)
		Juros sobre capital próprio	-	630	-	-	594	-
			<u>-</u>	<u>630</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>594</u>	<u>(156)</u>
Celpe	b)	Uso da Rede	-	507	(2.991)	-	246	(2.582)
		Outras	-	-	-	-	-	-
			<u>-</u>	<u>507</u>	<u>(2.991)</u>	<u>-</u>	<u>246</u>	<u>(2.582)</u>
Termopernambuco	a.1)	Energia comprada	-	10.900	(57.095)	-	10.223	(57.250)
			<u>-</u>	<u>10.900</u>	<u>(57.095)</u>	<u>-</u>	<u>10.223</u>	<u>(57.250)</u>
Itapebi	a.1)	Energia comprada	-	25.988	(227.030)	-	24.203	(211.525)
	g)	Energia fornecida	27	-	114	27	-	196
			<u>27</u>	<u>25.988</u>	<u>(226.916)</u>	<u>27</u>	<u>24.203</u>	<u>(211.310)</u>
NC Energia	a.1)	Energia comprada	-	-	(6.728)	-	1.683	(2.787)
		Reembolso de despesa	2	-	-	2	4	-
			<u>2</u>	<u>-</u>	<u>(6.728)</u>	<u>2</u>	<u>1.687</u>	<u>(2.787)</u>
Baguari I	a.2)	Energia comprada	-	374	(2.421)	-	378	(2.264)
			<u>-</u>	<u>374</u>	<u>(2.421)</u>	<u>-</u>	<u>378</u>	<u>(2.264)</u>
Bahia PCH I		Energia comprada	-	-	-	-	-	(768)
	b)	Uso da Rede	63	-	612	-	-	-
			<u>63</u>	<u>-</u>	<u>612</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Rio PCH I	a.2)	Energia comprada	-	126	(816)	-	127	-
			<u>-</u>	<u>126</u>	<u>(816)</u>	<u>-</u>	<u>127</u>	<u>-</u>
Neoenergia Investimentos		Prestação de serviço	74	-	350	-	-	-
			<u>74</u>	<u>-</u>	<u>350</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Goiás Sul	a.2)	Energia comprada	-	230	(1.418)	-	170	(636)
			<u>-</u>	<u>230</u>	<u>(1.418)</u>	<u>-</u>	<u>170</u>	<u>(636)</u>
SE Naramdiba	c/d)	Uso da Rede	-	351	(516)	-	-	-
			<u>-</u>	<u>351</u>	<u>(516)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Afluente Geração	a.1)	Energia comprada	-	1.886	(16.498)	-	1.762	(15.589)
	d)	Uso da Rede	96	-	1.001	109	-	944
			<u>96</u>	<u>1.886</u>	<u>(15.497)</u>	<u>109</u>	<u>1.762</u>	<u>(14.645)</u>
Afluente Transmissão	e)	Aluguel/Comodato	-	2	(17)	-	2	(18)
	b)	Uso da Rede	-	1.164	(7.066)	-	916	(6.273)
			<u>-</u>	<u>1.166</u>	<u>(7.083)</u>	<u>-</u>	<u>918</u>	<u>(6.291)</u>
Energética Águas da Pedra		Adiantamento - AFAC	-	-	-	-	-	-
	a.1)	Energia comprada	-	1.582	(10.254)	-	-	-
			<u>-</u>	<u>1.582</u>	<u>(10.254)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica

Notas Explicativas

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

Itapebi – Contratos nºs 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Afluente Geração – Contrato nº 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato nº 4600020386, com vigência até 01 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCHI - Contratos nº 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de janeiro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Afluente Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluente Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluente, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Notas Explicativas

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluyente, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluyente Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluyente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluyente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de Locação de Imóveis

Afluyente Transmissão - Contratos nºs 4600016054 e 4600016280 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2011, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Neoenergia S/A - Contratos nº 4600020482 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de Prestação de Serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600014414, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

(g) Contratos de Energia Fornecida.

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para o trimestre findo em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 599 (R\$ 565 em 30 de setembro de 2010), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Notas Explicativas

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de setembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000 é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor justo. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

Notas Explicativas

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para refinanciamento de dívida e financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.
- Instrumentos Financeiros Derivativos
 - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Notas Explicativas

Os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/09/11		31/12/10	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	168.219	168.219	101.277	101.277
Titulos e valores mobiliários	72.995	72.995	68.991	68.991
Contas a receber de clientes e outros	1.223.365	1.223.365	1.194.077	1.194.077
Passivo				
Fornecedores	(368.178)	(368.178)	(342.104)	(342.104)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(121.164)	(121.164)	(106.621)	(106.621)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(1.703.375)	(1.703.375)	(1.101.201)	(1.101.201)
Debêntures em moeda nacional	(368.619)	(367.733)	(509.333)	(508.503)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	(288.668)	(288.668)	(256.181)	(256.181)
Instrumentos financeiros derivativos	(56.878)	(56.878)	(108.742)	(108.742)

(a) Líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Fatores de Risco:

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas

Notas Explicativas

cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2010, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2011 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 39.871 (R\$ 26.802, resultado negativo em 30 de setembro de 2010).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

	Variação na taxa do US\$	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
3º trimestre 2011	-2,39%	-86	-86
3º trimestre 2010	6,24%	523	523

✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2011 a Companhia apurou um resultado positivo na operação de “hedge” de taxa de juros no montante de R\$ 4.811 (R\$ 1.667, resultado positivo em 30 de setembro de 2010).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

Notas Explicativas

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
<u>30/09/2011</u>			
Ativos Financeiros			
CDI	(0,25)	(1)	(1)
Passivos Financeiros			
CDI	(0,25)	944	944
IGPM	(2,46)	(1.355)	(1.355)
<u>30/09/2010</u>			
Ativos Financeiros			
CDI	(1,40)	(4.626)	(4.626)
Passivos Financeiros			
CDI	(1,40)	15.320	15.320
IGPM	(3,27)	(2.122)	(2.122)

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nº.s 13 e 14).

Notas Explicativas

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

✓ Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	< 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	< 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	> 3,5 segmento de distribuição

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA
Salvador – BA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador (BA), 24 de outubro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2 SP 015199/O-6-S-BA

Paulo José Machado
Contador CRC-1RJ 061.469/O-4-S-BA

Shirley Nara S. Silv
Contadora CRC-1BA 022.650/O